



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DE BRAGA

FACULDADE DE FILOSOFIA

Terapia assistida por animais: revisão bibliográfica

Monografia apresentada à Universidade Católica Portuguesa para finalização da
Licenciatura em Psicologia.

Por

Eduardo Manuel Maia Pimentel Tavares



Junho – 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DE BRAGA

FACULDADE DE FILOSOFIA

Terapia assistida por animais: revisão bibliográfica

Monografia apresentada à Universidade Católica Portuguesa para finalização da
Licenciatura em Psicologia.

Por

Eduardo Manuel Maia Pimentel Tavares

Sob a orientação de Prof.^a Doutora Maria de Fátima Rodrigues Leitão Lobo de Araújo



Junho - 2013



Resumo

A Terapia Assistida por Animais (TAA) é uma técnica direccionada, individualizada e com critérios específicos, na qual o animal é parte integrante do processo de tratamento, devendo ser aplicada, documentada, avaliada e supervisionada periodicamente por profissionais de saúde devidamente habilitados. A TAA é um método claramente multidisciplinar que requer a intervenção de especialistas de diferentes áreas entre eles médicos, psicólogos, médicos veterinários e fisioterapeutas, a fim de avaliar a indicação do método no paciente humano, bem como o tipo de animal a ser utilizado no programa de recuperação. O princípio do método tem em conta a capacidade do animal de evocar emoções comunicativas no ser humano estabelecendo, por outro lado, uma sólida ligação entre o homem e o animal, com base no processo de comunicação interespécies. Em termos gerais é aceite que a terapia assistida por animais pode ser uma forma única e inovadora para lidar com as doenças e distúrbios emocionais e mentais, como ficou provado em numerosos estudos. É a partir deste pressuposto que se desenha o presente trabalho que, através de uma metodologia de revisão bibliográfica pretende suportar aquela afirmação. É apresentada uma breve história e contextualização do tema, uma discussão sobre a terminologia e um resumo das terapias que utilizam animais. É feita uma revisão sobre a investigação mais relevante neste campo, seguida pela abordagem das diversas formas de terapia animal, uma discussão sobre os desafios, limitações e considerações éticas e um breve ponto sobre o estado da arte no nosso país. Em nosso entender, sistematizar o conhecimento sobre a intervenção do psicólogo no campo de actuação profissional da terapia assistida por animais, permite uma contribuição para a psicologia como instituição, ampliando o seu campo de actuação profissional, indo portanto de encontro às actuais limitações do mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Actividades assistidas por animais; terapia assistida por animais; psicoterapia com apoio de animais; vinculo humano-animal.



Abstract

The Animal Assisted Therapy (AAT) is a technique focused, individualized and with specific criteria, in which the animal is an integral part of the treatment process, it has to be implemented, documented, evaluated and supervised regularly by health professionals duly qualified. The AAT is a multi-disciplinary method that clearly requires the intervention of specialists in different fields including physicians, psychologists, veterinarians and physical therapists in order to evaluate the method indication in the human patient as well as the type of animal to be used in the recovery program. The principle of the method takes into account the animal's ability to evoke emotions in the human communicative setting, on the other hand, a strong bond between man and animal, based on the process of interspecies communication. In general, it is accepted that animal-assisted therapy can be a unique and innovative way to deal with the illness and both emotional and mental disorders, as proven in numerous studies. It is this premise that draws this work through a methodology of literature review that aims to support this statement. It's presented a brief history and context about the topic, a discussion of the terminology and a summary of therapies using animals. A review of the most relevant research in this field, followed by the approach of the various forms of animal therapy, a discussion of the challenges, limitations and ethical considerations and a brief point about the state of the practice in our country. In our view, systematize knowledge about the intervention of the psychologist in the field of professional activity of animal-assisted therapy allows a contribution to psychology as an institution, expanding its field of professional activity, thus going against the current limitations of the labor market.

Keywords: animal assisted activities, animal assisted therapy, psychotherapy and support animals, human-animal bond.



Índice

Introdução	
1. O vínculo homem-animal	6
2. Contextualização teórica das intervenções assistidas por animais	8
2.1 Teoria da vinculação	8
2.2 Hipótese da biofilia	10
2.3 A teoria cognitiva social	11
2.4 Instrumentos de avaliação	14
3. Terminologia	14
4. Abordagens terapêuticas envolvendo animais	17
4.1 Terapia com cavalos	17
4.2 Terapia com animais de produção	18
4.3 Terapia com golfinhos	19
4.4 Terapia com cães	20
4.5 Terapia com gatos	21
4.6 Terapia com animais de pequeno porte	21
5. Investigação na área da psicoterapia	22
5.1 TAA e abuso sexual	23
5.2 TAA e controlo da raiva	23
5.3 TAA e saúde mental	24
5.4 TAA e perturbação do défice de atenção e hiperactividade	24
5.5 TAA como auxiliar de diagnóstico	25
5.6 TAA e comunicação	26
5.7 TAA e counselling	27
6. TAA em Portugal	27
7. Desafios e limitações	29
8. Conclusão	31
9. Referências bibliográficas	



Introdução

Ao longo dos tempos, inicialmente através da observação e experiência própria e posteriormente através de estudos científicos, o homem tem vindo a aprender a descobrir algumas das potencialidades relacionais e terapêuticas dos animais. Têm-se desenvolvido com alguns animais várias actividades no sentido de proporcionar bem-estar às pessoas, com ou sem problemas de saúde, tais como: companhia, protecção e outros benefícios (McCulloch, 1983).

No final da era glacial a espécie humana sofreu uma revolução socioeconómica que viria a mudar o rumo da humanidade. De uma sociedade de caçadores recolectores, vagueando pelas terras como nómadas ou seminómadas, estabelecendo acampamentos provisórios e sobrevivendo daquilo que conseguiam colher e dos animais que conseguiam caçar, a humanidade iniciou a sua evolução para a era da agricultura e da domesticação dos animais. As necessidades alimentares podem pois ser consideradas a primeira forma de relação funcional que o homem estabeleceu com as demais espécies animais na natureza. Essa nova forma de controlo das variáveis ambientais passaria a estabelecer um ponto de divisão brusco na história evolutiva humana. Inicialmente ainda utilizados como alimento, os animais foram assumindo outras funções ao longo dos tempos, na medida em que suas características eram aproveitadas para obter diferentes benefícios para o homem. Cerca de 12 mil anos após o fim da era glacial e início da domesticação dos animais uma nova função começou a tomar forma a partir das possibilidades de relação entre seres humanos e animais: o convívio ao longo desses milhares de anos possibilitou perceber que a interacção entre homens e animais poderia ter efeitos terapêuticos.

A descoberta dos efeitos sobre o ambiente relacional e a saúde humana resultantes da relação entre pessoa e animal em contexto institucional tem séculos de existência. Remontam a 1600 os primeiros relatos históricos sobre o contributo dos animais para o bem-estar das pessoas, incluindo a dissertação de John Locke sobre uso de animais de pequeno porte para ajudar a cultivar a empatia e a responsabilidade em crianças (Fine, 2010).



A literatura refere informações que indicam ter sido uma descoberta realizada em contexto psiquiátrico, no manicómió *York Retreat*, e estimulada pelo interesse em ocupar e ajudar a desenvolver o autocontrolo da pessoa (McCulloch, 1983). Neste caso, a TAA foi utilizada intuitivamente por William Tuke, em 1792, no tratamento de doentes mentais. A hipoterapia, uma modalidade de TAA, teve as suas primeiras referencias como tratamento médico no século XVIII, com o objectivo de melhorar o controlo da postura, a coordenação e o equilíbrio de pacientes com distúrbios articulares (De Pauwn, 1984).

Todavia, embora se tenha difundido esse modelo, o de proporcionar o contacto com os animais às pessoas com perturbações psiquiátricas institucionalizadas através do seu cuidado e da relação no dia-a-dia, de que são exemplos as experiências desenvolvidas na Alemanha, no centro de reabilitação de *Bethel*, em 1867 e nos Estados Unidos, no hospital militar *The Pawling Army Air Force Convalescent Hospital*, na década de 40 do século XX (McCulloch, 1983), são escassos os registos sistematizados e divulgação dos possíveis resultados que tenham contribuído para o reconhecimento do valor sócio emocional e terapêutico das TAA. Só a partir da década de 40 do séc. XX começaram a surgir publicações sobre os efeitos dos animais de estimação/animais de companhia (*pet*). Em contexto psiquiátrico, a divulgação foi feita com a contribuição do psicólogo Boris Levinson, considerado o pioneiro deste tipo de modalidades, a par com dois colaboradores psiquiatras Sam e Elizabeth Corson. Parece não ter sido fácil fazer vingar estas práticas na época, visto que foram consideradas ridículas por várias pessoas que não acreditavam nas influências positivas. Embora os relatos anedóticos referindo os benefícios do vínculo humano-animal para promover o bem-estar ultrapassem exponencialmente a pesquisa académica, a realidade é que, nos últimos anos, investigações fidedignas têm cada vez mais inspirado a prática da integração dos animais em terapia (Taylor, 2001).

A interacção entre grupos de profissionais de diferentes áreas promovida pelo *The Center on Interactions of Animal and Society (Delta Society)*, em 1979, foi um importante acontecimento que estimulou numerosas pesquisas sobre esta temática, seguindo diferentes abordagens em contextos diversos, como, por exemplo, instituições de acolhimento, prisões, escolas, centros de reabilitação e hospitais.



Compreensivelmente, existiram algumas dificuldades desde a origem e ao longo do processo de evolução deste tipo de modalidades que de forma complexa estariam associadas a diferentes factores sócio históricos, culturais, políticos, económico-financeiros e científico-metodológicos.

Ainda hoje algumas dessas dificuldades persistem, nomeadamente as inerentes à obtenção de resultados científicos que demonstrem, com evidências consistentes, a sua validade e eficácia ao nível da saúde e qualidade de vida das pessoas com perturbações. Também a criação de condições para a sua implementação, levanta ainda muitas questões e é limitada por constrangimentos diversos.

1. O vínculo homem-animal

A relação homem-animal pode ser caracterizada, historicamente, em três fases (Chieppa, 2002). A primeira fase é caracterizada por uma concepção arcaica do animal, em que estes eram tomados como divindades. Nas civilizações da Mesopotâmia (4.000 a.C.), e principalmente na egípcia, os animais assumiram formas de deuses e representavam o bem e o mal. Uma segunda fase, em que vigora a concepção económico-funcional do animal, abrangendo principalmente, o período do renascimento, é marcada pelo surgimento e pela busca de uma cultura antropocêntrica e humanista. Neste cenário, a natureza está à disposição do homem e das suas necessidades, logo, os animais são utilizados como força de trabalho ou produtos a serem consumidos. Por último, uma terceira fase que se centra na concepção ética do animal. Esta fase, que contempla o actual período histórico - a idade contemporânea - revela uma relação de troca entre homem e animal, baseada no respeito. É elaborada legislação que garante os direitos e liberdades dos animais, inclusive pelos benefícios emocionais e físicos por eles garantidos ao homem. Discussões sobre o bem-estar animal, o uso dos mesmos na investigação e eventos de diversão - recriminando e regulando questões relacionadas com sofrimento e dor - ganham relevância e dá-se um aumento significativo da quantidade de animais que integram o espaço familiar. Evidencia-se, assim, um panorama de socialização dos mesmos, reflectindo as mudanças no comportamento humano quanto à significação cultural da relação homem-animal.



O impacto dos processos de urbanização, de melhoria das condições sanitárias e alterações na estrutura familiar tradicionais são apontados, actualmente, como elementos importantes na configuração da interacção entre homens e animais. Os processos higio-sanitários e o controle das zoonoses, promoveram um contacto com menos receios, pois as doenças que estavam constantemente associadas aos animais (como a raiva) foram erradicadas ou entraram em fases de controlo avançado. Marcas deste processo são a cobertura cada vez maior do território por clínicas veterinárias e os inúmeros espaços comerciais dedicados aos animais.

A noção de que a interacção com um animal ou mesmo a sua mera presença pode induzir efeitos tranquilizantes em humanos está suficientemente difundida na literatura sobre intervenções assistidas por animais. Uma das explicações mais difundidas neste referencial de efeito tranquilizante está relacionada com a noção de Biofilia. Segundo essa proposta de explicação, do ponto de vista evolucionista, os seres humanos potenciaram a sua probabilidade de sobrevivência a partir da observação do ambiente. A observação de animais em estado de calma seria um indicador de ausência de ameaça e proporcionaria assim nas pessoas uma sensação similar. Tal comportamento seleccionado nas épocas primordiais da humanização ainda estaria presente na espécie humana em pleno século XXI. Apesar de ser uma proposta para explicar porque observar animais ou entrar em contacto com estes seria terapêutico, não existe evidência demonstrativa de que o efeito calmante proporcionado por um animal se deva a qualquer atracção inata por animais. Basta avaliar o caso de pessoas que têm medo de animais, para as quais a mera visão do animal é suficiente para que o organismo apresente respostas fisiológicas de luta ou fuga.

Outra possível explicação para o potencial terapêutico dos animais é que, por ser agradável, a interacção com animais possui um papel potenciador de certos comportamentos (Brickel, 1985 citado por Kruger & Serpell, 2010). Dessa forma, a presença de animais em situações geradoras de ansiedade como, por exemplo, sessões psicoterapêuticas iniciais, ajudaria a diminuir a ansiedade por meio do efeito distractor provocado pelo contacto com o animal, além de simultaneamente reforçar comportamentos relevantes como comparecer à sessão e permanecer nela. No entanto,



esta proposição apenas explica uma parte do processo, não tornando claro porque os animais teriam essa propriedade calmante ou prazerosa.

2. Contextualização teórica das intervenções assistidas por animais

Kruger e Serpell (2010) afirmam que o campo das intervenções assistidas por animais "carece de uma estrutura teórica unificada, amplamente aceite e empiricamente suportada para explicar como e porquê as relações entre seres humanos e animais são potencialmente terapêuticas" (p. 37). No entanto, os constructos teóricos que foram aplicados às intervenções assistidas por animais incluem, na maioria das vezes, as seguintes perspectivas.

2.1 Teoria da vinculação

O vínculo homem-animal é frequentemente conceptualizado no âmbito da teoria da vinculação. A vinculação pode ser definida como um vínculo emocional e duradouro entre as pessoas, onde o indivíduo se esforça para manter proximidade com a figura de vinculação, considerando-a como um refúgio seguro face à tensão e, utilizando-a como uma base sólida a partir da qual pode gerar um comportamento autónomo (Holmes, 1993; Parish-Plass, 2008). As crianças internalizam representações das suas figuras de vinculação e representações de si mesmas em relação a essas figuras. Eventualmente, essas representações tendem a generalizar e influenciam as relações da pessoa com outros indivíduos, bem como o seu auto conceito (Holmes, 1993). Crianças firmemente vinculadas desenvolvem auto conceitos positivos, que lhes permitem confiar nos cuidadores e outras pessoas significantes. Desenvolvem a empatia e a capacidade de se auto tranquilizar em momentos de tensão, sendo então, capazes de desenvolver relações positivas com os outros. Em contrapartida, as crianças com vínculos inseguros desenvolvem auto conceitos negativos, olham para os cuidadores como não disponíveis e não confiáveis, sentindo-se rejeitadas. Não desenvolvem a capacidade de se auto tranquilizar e podem não desenvolver a empatia. Desenvolvem frequentemente relacionamentos pouco saudáveis com os outros (Hanselman, 2001).

Embora a maioria dos estudos sobre a vinculação incida sobre as relações entre os seres humanos, existem estudos sobre crianças e animais que indicam que este



constructo também pode ser aplicado à relação entre criança e animal (Melson, 2003; Parish-Plass, 2008). Estudos desenvolvidos em jovens com idades entre 11 a 12 anos concluíram que estes passam mais tempo cuidando de animais de estimação do que a cuidar dos irmãos mais novos, jovens com idade entre 10 e 13 anos podem encontrar maior suporte num animal de estimação que em humanos e em jovens com idades entre 7 e 15 anos foi verificada grande facilidade no estabelecimento de laços com um cão desconhecido (Melson, 2003). Levinson e Mallon (1997) sugerem que as crianças com problemas emocionais e sociais, que têm evidenciado dificuldades nos seus relacionamentos interpessoais podem relacionar-se mais facilmente com um animal do que com outro ser humano. Isto é atribuído à aptidão do animal de não representar ameaça, não efectuar juízos de valor, dispensar atenção e afecto incondicionais.

Oportunidades de vinculação alternativas para crianças e jovens, como aquelas que envolvem um animal de companhia, podem revelar-se de extrema importância no decurso do desenvolvimento pessoal, porque os estilos de vinculação insegura estão, por norma, associados a uma ampla gama de problemas psicossociais na adolescência, especialmente nas áreas da auto-estima (Armsden & Greenberg, 1987; Gomez & McLaren, 2007; Gullone & Robinson, 2005; Rubin, Dwyer, Booth-LaForce, Kim, Burgess & Rose-Krasnor, 2004), da competência social (Allen, Paul, McFarland, Boykin McElhaney & Land, 2002; Engels, Dekovic & Meeus, 2002; Laible, 2007; Rubin *et al.*, 2004), dos comportamentos de externalização e internalização (Buist, Dekovic, Meeus & van Aken, 2004; Chase-Lansdale, Wakschlag & Brooks-Gunn, 1995; Dekovic, 1999; Gomez & McLaren, 2007; Muris, Meesters & van den Berg, 2003; Rönnlund & Karlsson, 2006; Rubin *et al.*, 2004), da empatia e comportamentos pró-sociais (Chase-Lansdale *et al.*, 1995; Laible, 2007; Noom, Dekovic & Meeus, 1999), da regulação emocional (Laible, 2007) e da auto-eficácia (Noom *et al.*, 1999).

Quando um animal é integrado numa terapia pode ser utilizado como um objecto transicional, para suportar os objectivos terapêuticos e consequentemente, promover a melhoria do funcionamento psicossocial (Kruger & Serpell, 2010). Outro papel desempenhado nas intervenções assistidas por animais relaciona-se com a teoria das provisões sociais de Weiss (1974, citado em Kruger & Serpell, 2010), segundo a qual a interacção com um animal pode promover bem-estar psicológico e melhorar as relações



sociais, uma vez que promove a vinculação, a integração social, gera uma aliança de confiança e oportunidade de crescimento. A instituição *Green Chimneys* em Nova Iorque trabalha com jovens entre os 7 e os 16 anos, que demonstram dificuldades sociais, emocionais e comportamentais e apresentam problemas traumáticos relacionados com situações de dor e perda, esta instituição incorpora um programa de terapia assistida por animais, promovendo a ligação de crianças e jovens com os animais com o fim de experienciarem um relacionamento de carinho e afecto (Mallon, 1992). Mallon (1994a) realizou estudos qualitativos sobre os efeitos deste programa, revelando benefícios nas seguintes cinco áreas: oportunidade para amar, companheirismo e afecto; aceitação e consideração positiva incondicional; os animais como confidentes; relações terapêuticas que ajudaram nos outros relacionamentos interpessoais e promoção de oportunidades.

2.2 A hipótese da biofilia

Apresentada por Wilson (1984, citado em Kruger & Serpell, 2010) a hipótese da biofilia sugere que os seres humanos têm uma tendência inata para a relação com os outros seres vivos e com a natureza. Kahn (1997) afirma que os seres humanos tendem a escolher paisagens naturais que se encaixam nos padrões evolutivos da vida nas savanas da África Oriental. Ele argumenta que essas paisagens, que historicamente foram o berço da espécie humana, "estimulam a fisiologia humana e promovem uma sensação de bem-estar" (Kahn, 1997, p.6). Portanto, os seres humanos são atraídos para esses ambientes para usufruírem de lazer e descanso (Gullone, 2000; Kahn, 1997). Os seres humanos também são atraídos para ambientes onde é possível observar e interagir com os animais (Gullone, 2000).

Diversas investigações efectuadas no sentido de apoiar a hipótese da biofilia afirmam que a interacção com animais ou com a natureza pode produzir efeitos calmantes e um maior sentimento de bem-estar (Gullone, 2000; Kahn, 1997). A interacção com a natureza é incorporada em intervenções terapêuticas de diversas formas, incluindo o uso de estímulos relacionados com a natureza em estratégias de relaxamento, programas de terapia na natureza ou incorporando a natureza em ambientes internos, recorrendo a água, pássaros, aquários, pinturas da natureza e luz



natural. As avaliações de programas de terapia na natureza demonstram a melhoria da autoconfiança, auto-estima e autoconceito e auto-eficácia em adolescentes (White & Heerwagen, 1998). A TAA em outros contextos seria pois uma extensão natural ou adaptação desse fenómeno.

2.3 A teoria cognitiva social

A teoria cognitiva social descreve uma relação recíproca entre cognição, comportamento e meio ambiente (Bandura, 2001; Kruger & Serpell, 2010). Alguns constructos cognitivos incluem a auto-eficácia, a auto-estima e o auto conceito, o locus de controlo, a competência social e a regulação emocional e comportamental (Bandura, 1991; Bandura, 2001; Kruger & Serpell, 2010). Têm sido relatadas relações entre estes constructos cognitivos sociais e depressão (Bandura, Caprara, Barbaranelli, Gerbino & Pastorelli, 2003; Luszczynska, Gutiérrez-Doña & Schwarzer, 2005; Wise, 2002), ansiedade (Landon, Ehrenreich & Pincus, 2007) e as aptidões sociais (Luszczynska *et al.*, 2005; Spence, 2003).

As intervenções em crianças e jovens com problemas emocionais e comportamentais, incluem muitas vezes estratégias para melhorar o desenvolvimento de aptidões sociais (Meadows & Stevens, 2004). O treino de competências sociais pode ser direccionado para o desenvolvimento de aptidões de comunicação não-verbal, tais como o contacto visual, expressão facial, postura, distância social e uso de gestos, bem como para as aptidões verbais, como o tom de voz, volume e clareza de discurso (Spence, 2003). Essas aptidões são muitas vezes desenvolvidas com recurso a intervenções assistidas por animais, onde estes podem desempenhar um papel na promoção de mudanças cognitivas e comportamentais nas pessoas através do uso da observação, modelagem e associação envolvendo esses mesmos animais (Kruger, Trachtenberg & Serpell, 2004).

Outras intervenções para lidar com problemas emocionais e comportamentais incluem treino do autocontrolo emocional e comportamental, que envolve a auto monitorização, o estabelecimento de metas, selecção e implementação de estratégias e auto-avaliação e reforço (Polsgrove & Smith, 2004). Em contraste com a visão comumente aceite de que os animais proporcionam aceitação positiva incondicional, a



resposta de um animal é muitas vezes dependente de comportamentos verbais e não-verbais, como o tom de voz, o contacto visual, a expressão facial, os gestos físicos, e a expressão emocional individual. Nos programas de treino de cães, os pacientes devem regular o seu próprio estado emocional, para regular o estado de excitação ou alerta do animal e, portanto, o seu comportamento (Fredrickson & DePrekel, 2004). A simples presença de um animal durante a terapia também tem ajudado os pacientes na regulação emocional e comportamental. Fine (2010) refere exemplos de pacientes jovens aprendendo a regular as suas reacções. Comportamentos excessivos recebem uma resposta imediata de um animal, servindo como um guia para o próprio comportamento do paciente. Os pacientes geralmente parecem acalmar-se rapidamente, num esforço para proporcionar um ambiente seguro e tranquilo ao animal. A resposta do animal pode então ser usada na discussão sobre várias emoções.

Um aspecto importante da auto-regulação envolve a capacidade de mudar e focar voluntariamente a atenção consoante a necessidade expressa (Murphy, Shepard, Eisenberg & Fabes, 2004). Brickel (1982) sugeriu que os animais são "estímulos emocionalmente distractores" (p.71) que são capazes de desviar a atenção dos estímulos stressantes, permitindo, assim, a exposição aos mesmos, em vez da sua evitação. Brickel inclui este conceito na teoria social cognitiva, no contexto de padrões de resposta concorrentes.

Apesar de existirem diversas propostas de explicações dos processos envolvidos em terapias assistidas por animais, ainda não existe uma conclusão definitiva sobre como este processo de interacção benéfica entre seres humanos e animais ocorre e porque motivos origina efeitos terapêuticos. Muitos desses modelos ainda não consideram o profissional que realiza a intervenção, deixando quase completamente a determinação do efeito terapêutico a cargo da interacção do animal com a pessoa. Katcher e Beck (2010) realçam a necessidade de estudos científicos criteriosos que demonstrem a validade científica de uma relação entre o contacto com animais e os efeitos terapêuticos em humanos proporcionados por esse contacto. Grande parte das pesquisas que compõem a literatura e fundamentam as intervenções são estudos de caso, relatos anedóticos, análises estatísticas mal feitas e conclusões generalizadas, publicadas em meios que não avaliam criteriosamente tais estudos. No caso de artigos publicados



sobre interações homem-animal em revistas médicas tradicionais a maioria são estudos sobre a relação entre a posse de animais de estimação e a saúde humana ou revisão de outros artigos (Katcher & Beck, 2010). A escassez de pesquisas que validem essa relação directa entre saúde humana, comportamento humano e o contacto com animais talvez possa ser explicada pelo fato de o contacto em si não ser o factor terapêutico, mas sim a forma como esse contacto é orientado e conduzido por um profissional que realiza a terapia e aproveita as características do animal, ou da relação com o animal, para obter um suporte para sua intervenção e daí então obter resultados terapêuticos.

De qualquer forma existe uma aceitação geral de que o contacto com animais é terapêutico e benéfico para os seres humanos (Parshall, 2003; Ulrich, 1993, citado por Pence, 2005). O uso de um animal em terapia pode ser benéfico, pois alguns animais parecem demonstrar uma tendência natural para criar uma ligação com as pessoas (Nimer & Lundahl, 2007). Risley-Curtiss, Holley e Wolf (2006) consideram que relações afectuosas com animais de companhia têm efeitos positivos na saúde dos seus donos, aumentando a sua qualidade de vida. Diversos estudos demonstram melhorias a vários níveis: uma maior longevidade (Hutchcroft, 2006; McNicholas, Gilbey, Rennie, Ahmedzai, Dono e Ormerod, 2005; Miller, Staats & Partlo, 1992), diminuição de enfartes de miocárdio, diminuição do risco de doenças cardio-vasculares e baixa da pressão arterial (Allen, 2003; Hutchcroft, 2006; McNicholas *et al.*, 2005; Morrison, 2007; Parslow, Jorm, Christensen, Rodgers & Jacomb, 2005; Viehl, 1995), diminuição do recurso a cuidados médicos (Hutchcroft, 2006; McNicholas *et al.*, 2005), melhoria do bem-estar físico e psicológico nas pessoas idosas (Miller, Staats e Partlo, 1992; Morrison, 2007; Parslow *et al.*, 2005; Viehl, 1995), menores níveis de incidência de depressão, ansiedade e stress (Allen, 2003; Hutchcroft, 2006; McNicholas *et al.*, 2005; Miller *et al.*, 1992; Morrison, 2007; Parslow *et al.*, 2005), estímulo do desenvolvimento social, psíquico e emocional em crianças portadoras de deficiência (Montagner, 2004), melhoria em crianças com problemas do desenvolvimento e crianças com autismo (Morrison, 2007) e melhoria na interacção social e emocional (Hutchcroft, 2006; McNicholas *et al.*, 2005; Parslow *et al.*, 2005; Viehl, 1995), entre outros. A emergência de intervenções assistidas por animais baseia-se primariamente nos efeitos comprovadamente benéficos que os animais têm no bem-estar físico e psicológico, na



auto-estima e na motivação humanas (Morrison, 2007; Nider & Lindahl, 2007). Estes efeitos notáveis são demonstrados, independentemente da idade, da raça, do género, da orientação sexual, ou do estatuto socioeconómico (Morrison, 2007; Nimer & Lundahl, 2007; Tedeschi, Fitchett & Molidor, 2005).

2.4 Instrumentos de avaliação do vínculo

Ao nível do estudo do vínculo homem-animal a literatura oferece muitas escalas de avaliação possíveis, contudo apenas algumas escalas revelaram ter boas propriedades psicométricas. De seguida, é feita uma breve revisão de algumas escalas que podem ser utilizadas.

Templer e Saltar (1981), elaboraram uma escala denominada “*Pet Attitude Scale*” com um alpha de Cronbach de 0.82, que tenta medir 3 factores: o carinho e a interacção, a vida do animal em casa e o divertimento que advém da relação dono-animal. Poresky (1990) desenvolveu outras 2 escalas: “*The Companion Animal Bonding Scale*” e “*Companion Animal Semantic Differential*”. Estas escalas permitem estudar 3 factores: ligação, tamanho do animal e responsividade do animal. Holcomb, Williams e Richards (1985) elaboraram a escala “*Pet Attachment Survey*” que tenta abordar os aspectos comportamentais e emocionais do vínculo com os animais de companhia. Wilson (1987) desenvolveu a escala “*Pet Attitude Inventory*” para estudar as características dos donos, o vínculo e as atitudes perante os animais de companhia, no entanto não foram relatadas propriedades psicométricas nesta escala. Kidd & Kidd (1989) utilizaram esta escala para avaliar atitudes nos adultos perante os animais. Lago, Kafer, Denaley e Connell (1988) desenvolveram uma escala a partir de outras e da literatura relacionada de modo a medir as atitudes da pessoa perante o animal em função do comportamento deste.

3. Terminologia

As Actividades Assistidas por Animais (AAA) são actividades centradas na interacção entre pessoa e animal, tendo como objectivo fomentar oportunidades para motivar, educar e recrear, com o recurso a duplas constituídas por um animal e o respectivo educador (*Delta Society*, 2012). Este tipo de actividades sendo utilizadas em



diversas situações, podem também ser integradas em contextos de saúde (instituições hospitalares). Segundo a *Delta Society* (2012), as AAA consistem em programas de visitas periódicas, dirigidas a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos e que se caracterizam por não prever a definição de objectivos terapêuticos específicos, não requerem registos detalhados, incluem um conteúdo espontâneo e admitem uma periodicidade irregular. Constituem exemplos de AAA: voluntários que conduzem os seus animais e proporcionam uma visita mensal a diferentes lares de idosos, visitas que são dirigidas a grupos de idosos e apoiadas com a orientação dos profissionais, uma dupla voluntário-cão que faz uma visita semanal a um orfanato para motivar jogos com crianças.

Desde a sua origem até à actualidade, vários termos têm sido usados para descrever a utilização dos animais no âmbito de ajudas no processo de desenvolvimento do bem-estar das pessoas, como por exemplo: *pet facilitated therapy*, *animal facilitated therapy*, *pet therapy*. Estes diferentes termos reflectem formas distintas de abordagem e, conseqüentemente, dificultam um consenso acerca do conceito (McCulloch, 1983). Actualmente, ainda se faz sentir uma certa confusão, especialmente, entre os termos AAA próximo do *Visiting Pet Program*, e TAA próximo do que se designa por *Pet Facilitated Therapy*. TAA é uma actividade estruturada que inclui objectivos específicos e em que o animal é uma parte integrante do processo terapêutico. Visa a melhoria do estado físico, sócio relacional, emocional ou cognitivo dos indivíduos, sendo realizada por profissionais de saúde especializados e inserida em diferentes contextos com indicação individual e de grupo. O desenvolvimento do processo é sistemático e obriga a fundamentação e avaliação (*Delta Society*, 2012). Como exemplo de TAA tem-se o caso de um programa de terapia ocupacional assistida por um cão treinado especificamente sob a orientação de um profissional especializado para auxiliar um indivíduo na reabilitação física (por exemplo, recuperar a amplitude de determinados movimentos realizados pelos membros superiores) ou a desenvolver competências comunicacionais (por exemplo, motivar a verbalização e a aproximação do outro). Deste modo, as TAA são inseridas em programas terapêuticos com objectivos específicos previamente definidos. Em contrapartida, as AAA são inseridas em programas sócio ocupacionais sem objectivos previamente definidos.



Embora se tratem de conceitos diferentes quanto à natureza e ao processo, na generalidade, as AAA e as TAA têm características semelhantes relativamente à sua concepção e desenvolvimento. Pode-se dizer que foram concebidas na mesma altura, nascendo de um tronco comum, alicerçado na relação pessoa – animal e desenvolveram-se em conjunto até à diferenciação de particularidades baseadas em evidências científicas que permitiram a identificação dos seus efeitos sociais e terapêuticos. Quanto às suas características, podem sublinhar-se algumas semelhanças, tais como: são centradas na relação pessoa – animal, são indicadas para uma população alvo diversificada, desde a infância até à velhice, têm uma finalidade comum que é a de promover o bem-estar e qualidade de vida das pessoas no contexto saúde – doença e seguem os mesmos princípios técnico-científicos e éticos.

A definição das expressões TAA e AAA é portanto um avanço na tentativa de diferenciar um tipo de intervenção terapêutica de uma intervenção recreativa. Todavia, o termo TAA não é suficiente para esclarecer qual o tipo de trabalho que está sendo realizado, qual o profissional envolvido e qual o fenómeno com que se está lidando. A distinção entre as intervenções com apoio de animais conduzidas por diferentes profissionais pode ser melhor esclarecida pela diferenciação da expressão utilizada para nomear o campo específico de actuação de cada profissão. No caso dos psicólogos, a expressão “Psicoterapia com apoio de animais” é uma forma de tornar mais explícito o que se está fazendo e com o que se está lidando. A expressão “psicoterapia” delimita o contexto no qual o profissional está actuando, neste caso o contexto clínico. Além disso, o termo “psicoterapia” também possibilita identificar imediatamente que se trata de uma intervenção voltada para lidar com fenómenos ou processos psicológicos e que, portanto, é executada por um psicólogo. A expressão “apoio” facilita a compreensão da função do animal na intervenção realizada mais do que a expressão usualmente utilizada “assistida”. O termo “apoio” demonstra que o animal tem uma função participativa no processo, mas que a condução de todo o trabalho é função do profissional que está actuando e é ele que irá, com o apoio do animal, produzir os efeitos terapêuticos. Com uma expressão mais específica, a delimitação de um tipo de actuação profissional que utiliza animais como apoio para o trabalho, fica distinta de outros tipos possíveis de intervenções de outros profissionais que contam com o apoio de animais com relação



aos fenómenos específicos das suas áreas de actuação. Essa delimitação auxilia na determinação de um âmbito de abrangência da actuação profissional e na localização de um tipo específico de intervenção que, é composta por classes de comportamentos específicas distintas de outras práticas realizadas por outros profissionais.

4. Abordagens terapêuticas envolvendo animais

O tipo de animal, o contexto no qual se espera que o animal actue e a intenção da integração são as questões que serão de seguida abordadas. Friedmann (2010) refere que a resposta de um paciente a um animal depende das suas experiências passadas e presentes e, deve ser uma consideração prioritária no planeamento deste tipo de intervenções. Os programas a estabelecer devem ser dirigidos e avaliados por um profissional de saúde ou de educação, existindo objectivos específicos sejam eles físicos, motivacionais, educacionais e mentais. As teorias que referem os mecanismos responsáveis pelos benefícios terapêuticos, tendem a centrar-se na noção de que os animais possuem características únicas que contribuem e facilitam a terapia, e a ideia do desenvolvimento de uma relação profissional com o animal pode levar a desenvolvimentos cognitivos e comportamentais positivos, através de uma aquisição de novas potencialidades e a aceitação de uma responsabilidade e acção pessoal.

4.1 Terapia com cavalos

O termo hipoterapia refere-se a uma abordagem organizada e estruturada que emergiu nos anos 1960 para integrar cavalos na terapia de reabilitação física (Chandler, 2005). A *American Hippotherapy Association* (2012), descreve a terapia como um método que utiliza o movimento do cavalo para complementar sessões terapêuticas de reabilitação física, de linguagem ou somente ocupacionais, sendo que a terapia não se limita a um único tipo de prática. Por exemplo, uma criança com uma incapacidade física pode melhorar a coordenação motora ao praticar o equilíbrio em cima da sela e, melhorar simultaneamente as capacidades de linguagem expressiva através da observação da interacção verbal entre o terapeuta e o cavalo.

Taylor (2001) descreveu a Psicoterapia Assistida por Cavalos, mencionada como PAC, como uma abordagem mais actual utilizando cavalos na terapia, específica que se



integra nas TAA e só pode ser aplicada por um profissional de saúde mental acreditado e devidamente treinado na utilização de cavalos. Chandler (2005) defende que os cavalos seleccionados para a terapia devem ser bem treinados, com temperamento calmo e amistoso relativamente a pessoas e outros cavalos e não se devem assustar facilmente com barulhos ou objectos não familiares. Contudo alguns terapeutas seleccionam intencionalmente cavalos que apresentam características particulares (Slugoski, 2005). Como exemplo, Slugoski descreveu a *Dreamcatcher Ranch* em Alberta, uma instituição de refúgio de cavalos e outros animais abandonados e que também trabalha com crianças e adolescentes em risco. Nesta instituição, um cavalo de nome *Rain* perdeu metade de um dos seus pavilhões auriculares devido a uma ulceração com origem numa geladura, o que o faz apresentar problemas significativos. De facto, a sua deficiência obrigava-o a adoptar uma atitude defensiva o que despertava, por norma, reacções negativas por parte de outros cavalos. Slugoski sugeriu que alguns jovens se identificavam com *Rain*, uma vez que também eles revelavam dificuldades na integração nos seus grupos de pares e demonstravam dificuldades em comunicar os seus sentimentos.

Existem um sem número de desafios e potencialidades no envolvimento dos cavalos na terapia. A inovação e originalidade, que a utilização de um cavalo representa, podem estimular o interesse e a motivação de muitos pacientes para se envolverem na terapia (Chandler 2005). Este autor também sugere que o tamanho e a nobreza do cavalo podem promover a auto-estima nos pacientes quando estes adquirem a capacidade de interacção com o animal e, o facto de os cavalos poderem ser montados capacita o terapeuta para criar uma série de novas e interessantes tarefas. Por outro lado, relativamente às dificuldades inerentes, Chandler (2005) chamou a atenção para o facto de os cavalos necessitarem de muito espaço e uma contínua limpeza dos dejectos que produzem, o que poderá constituir um obstáculo à sua utilização.

4.2 Terapia com animais de produção

Tal como na PAC, o envolvimento de animais de produção na terapia pode ser simultaneamente benéfico e estimulante. Chandler (2005) e Mallon (1994b) sugerem que todos os tipos de animais usados na produção pecuária (bovinos, pequenos



ruminantes e suínos) podem ser incluídos numa proposta terapêutica desde que, seja segura a proximidade ao animal e o manipulador do animal esteja devidamente treinado. Chandler sugere que este treino depende da espécie a ser utilizada e do grau de envolvimento do animal.

Existem duas instituições nos Estados Unidos, a *Green Chimneys* e a *Bittersweet Farms*, que oferecem propostas terapêuticas com base nesta abordagem para jovens em risco e para adultos autistas, respectivamente (Granger & Kogan, 2000). Como refere Mallon (1994b), a diversidade de experiências que uma exploração pecuária oferece, fornece base para uma série de intervenções variadas e criativas, tais como facilitar ao paciente a prática de actividades que desenvolvem capacidades de organização, avaliação de situações e resolução de problemas. A variedade de animais presente permite ao terapeuta e ao cliente a escolha do animal mais adequado, ou a sua troca se necessário. As actividades diárias concretas e significativas podem ajudar a desenvolver no paciente o sentido de confiança e competência, bem como as suas capacidades. Granger e Kogan (2000) também referiram que o trabalho com animais no seu ambiente, reduz o stress do animal o que facilita a interacção com o paciente. Chandler (2005) refere ainda que as desvantagens podem incluir a localização da exploração, o transporte de clientes, o potencial risco de injúrias físicas, e a necessidade de mais pessoas, tais como um manipulador dos animais, estarem implicadas.

4.3 Terapia com golfinhos

A terapia assistida por golfinhos, designada como TAG, tornou-se uma abordagem terapêutica popular para trabalhar com indivíduos que apresentam problemas físicos e cognitivos (Brensing, Linke, Busch, Matthes, & Eke van der Woude, 2005). As vantagens e os desafios são evidentes na TAG. Brensing *et al.* (2005) referem que os golfinhos são utilizados para auxiliar no desenvolvimento de competências relacionadas com comunicação, motilidade fina e grossa e integração sensorial. Granger e Kogan (2000) observaram que a vantagem de trabalhar com golfinhos para além da sua inteligência é a sua capacidade de redução de reacções de *stress* à água. Estes autores observaram que estudos prévios, tais como os conduzidos por Nathanson em 1993 e 1996, revelaram a TAG como uma abordagem com uma boa relação custo-benefício,



uma vez que é frequentemente demonstrado que o paciente atinge as metas terapêuticas propostas num período de tempo menor quando comparado com abordagens tradicionais. No entanto, a utilização de um mamífero silvático para benefício de pessoas continua a ser controversa, uma vez que implica a sua retirada do ambiente natural e a sua manipulação em cativeiro. Por outro lado também deve ser tido em conta as limitações na investigação, a despesa muitas vezes exorbitante que origina e o bem-estar dos animais em cativeiro (Beck & Katcher, 1996). De referir que investigadores, tais como Marino e Lilienfeld (2007) detectaram que os estudos relacionados com TAG na última década, revelaram falhas metodológicas graves que resultaram em resultados que não podem ser considerados fiáveis. Referem mesmo que não existem evidências conclusivas que suportem a TAG como uma técnica terapêutica legítima.

4.4 Terapia com cães

Muito antes dos psicólogos, uma grande variedade de terapeutas integrou cães no seu trabalho no sentido de melhorar as capacidades e competências dos seus pacientes. Como refere Fine (2010), a associação entre cão e humano é utilizada tradicionalmente para pacientes com incapacidades, tal como o cão guia para invisuais ou o cão de apoio a crianças autistas. Estas intervenções de tratamento oferecem segurança e autonomia ao paciente, por permitirem compensar insuficiências do indivíduo. Hoje em dia os cães são os animais mais utilizados em TAA e psicoterapia (Beck & Katcher, 2003). Como com os outros animais, a utilização de cães também revela benefícios e desafios específicos. Turner (2000) comentou que, a vida social de um cão é organizada em torno de relações de dominância e subordinação, interferindo no tipo de relação que ele também vai estabelecer com os seres humanos. As estratégias e as intervenções disponíveis por causa desta relação podem ser bastante diferentes das que envolvem outras espécies, tais como os felídeos (Turner, 2000). É espectável que os cães obedeçam a ordens e ofereçam aos pacientes o que muitas vezes é designado na literatura como “aceitação incondicional” (Chandler, 2005) e, considera-se de primordial importância o temperamento e sociabilidade do cão, a sua treinabilidade, a possibilidade de predição do seu comportamento e a sua capacidade de lidar com situações stressantes (Urichuk & Anderson, 2003). Chandler (2005) também referiu que



é imprescindível compatibilizar o temperamento e grau de actividade de um cão com o paciente e prever a necessidade de exercício, alimentação e higiene. Para garantir as questões relacionadas com o bem-estar animal, organizações tais como a *Delta Society* desenvolveram recursos para treino e formação de voluntários que pretendam desenvolver AAA na sua comunidade. O *Davis Medical Center* na Califórnia desenvolveu o programa *Pets Helping US Recover* (PHUR) que estabelece linhas de orientação para a selecção dos animais, técnicas de treino e necessidades específicas dos animais (Hart, 2010).

4.5 Terapia com gatos

Os gatos são outra espécie por vezes integrada na psicoterapia, embora a maior parte da literatura refira os gatos em AAA em vez de TAA. Turner (2000) sugere que a socialização do gato relativamente aos seres humanos, assenta primordialmente numa relação de dar e receber, de mutualidade e reciprocidade e de respeito pela sua natureza independente, em claro contraste com as relações entre homem e cão ou homem e cavalo. Chandler (2005) enumerou os seguintes atributos dos felinos que contribuem para a terapia: tranquilidade e calma, nível de conforto ao ser tocado e motivação para estar perto de pessoas. Ela também observou que o carácter brincalhão do gato pode actuar como um quebra-gelo. Ao contrário de cavalos e golfinhos e com pouco esforço por parte do paciente, os gatos podem oferecer amizade ao sentar-se no seu colo. Por outro lado Chandler (2005) também enumera algumas desvantagens incluindo a tendência do gato para a introversão, uma maior necessidade de pausas para o animal ao longo do processo, menor treinabilidade, necessidade de acesso constante a uma caixa de liteira e uma alta incidência de fenómenos alérgicos de humanos a gatos.

4.6 Terapia com animais de pequeno porte

Os animais de pequeno porte, tais como gerbos, hamsters, cobaios, coelhos e até peixes também são utilizados na psicoterapia. Designados como animais de estimação de bolso (*pocket pets*) por Flom (2005), que observou que estes pequenos animais frequentemente são opção em locais com restrição ao acesso de animais como sejam os hospitais, as salas de aula ou escritórios. A maior parte da literatura sobre este tipo de



animais reporta a AAA ou *pet therapy* e uma vez que estes usualmente se encontram confinados, podem habitar nas instalações onde são utilizados e podem integrar-se nesse ambiente com relativa tranquilidade (Hart, 2010). Flom (2005) indicou que recentemente foram impostas restrições à utilização de vários animais em escolas, nomeadamente répteis, por via do risco de toxinfecções por *Salmonella* e até animais maiores, tais como cães, por causa de riscos de mordedura. Flom (2005) também refere que um animal num contexto de escola deve ajustar-se quer às necessidades terapêuticas do cliente, bem como, de algum modo, ajustar-se aos currículos académicos. Os animais de bolso podem ser apropriados em instalações onde os pacientes gostariam de os manter presentes, ou quando se sentem intimidados por animais de maior porte. O tempo de vida mais curto destes animais, 2 a 5 anos, pode ser problemático, tal como a sua fragilidade e consequente susceptibilidade aos danos e problemas provocados pelo stress (Chandler, 2005). Existe pouca informação disponível relativamente a linhas de orientação para integrar este tipo de animais na psicoterapia.

5. Investigação na área da psicoterapia

Grande parte da pesquisa relativa aos benefícios psicológicos da integração de animais na prática terapêutica ainda apresenta algumas insuficiências no que se refere ao seu rigor e fiabilidade (Chandler, 2005). De uma forma qualitativa e por vezes até anedótica na sua natureza muitos profissionais de saúde mental começaram a registar informalmente resultados do envolvimento de animais na sua prática clínica. Como Prothmann, Bienert e Etrich (2006) observaram, a utilização da TAA em psicoterapia só recentemente foi investigada em instituições tais como universidades e, estudos de caso, estudos exploratórios e outras pesquisas qualitativas envolvendo crianças têm ocorrido de forma mais informal em locais periféricos, como hospitais regionais ou consultórios particulares. Apesar de não ser rigorosa para os padrões de investigação, a informação existente, tem dado origem ao início de trabalhos mais rigorosos em psicoterapia. De seguida apresentam-se alguns exemplos de pesquisa realizada em TAA.



5.1 TAA e abuso sexual

Reichart (1994, 1998) utilizou modelos de estudo de caso para avaliar o efeito do animal, enquanto complemento na terapia individual e de grupo, em raparigas que sofreram abuso sexual. Embora Reichart admita a existência de falhas nos estudos, nomeadamente amostras de pequenas dimensões, a evidência experimental sugere que os animais foram úteis na forma como as raparigas trabalharam os seus traumas individuais, e as informações fornecidas sugerem pistas para futuras linhas de investigação.

Altschuler (1999) relatou que os seus pacientes com Perturbação de Stress Pós-Traumático (PSPT) apresentavam níveis de ansiedade menores na presença dos seus animais de companhia. Como resultado, sugeriu um modelo de tratamento incorporando AAT. Em 2005, Lefkowitz e colaboradores, com base no trabalho dos dois autores anteriores, propuseram uma forma de AAT para sobreviventes de violência sexual que sofrem de PSPT que designaram por Exposição Prolongada Assistida por Animais (AAPE). Estes autores avaliaram a resiliência e o auto conceito em sobreviventes de violência sexual e verificaram a dificuldade que estes pacientes apresentam em reconhecerem em si estas qualidades, bem como a imagem de fracos e inúteis que passam a guardar de si próprios. Por outro lado o abandono frequente da terapia, verificado nestas situações pode reforçar a auto-imagem negativa. A inclusão de animais de companhia providencia algum grau de conforto e incentiva o sobrevivente a comprometer-se com a terapia e concluí-la.

5.2 TAA e controlo da raiva

Em 2007 Lange, Cox, Bernert e Jenkins realizaram um estudo exploratório para investigar o efeito da inclusão de cães na terapia de gestão da raiva em cinco adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 16 anos. As crianças foram envolvidas com um cachorro chamado *Tucker* quer em sessões de terapia quer em outro tipo de actividades, como por exemplo passear o cão. No final da terapia, 3 dos 5 adolescentes foram entrevistados em conjunto. Como a dimensão da amostra e a entrevista limitada comprometem a validade dos resultados, os autores indicaram que conclusões qualitativas não puderam ser identificadas. No entanto Lange et al. (2007)



observaram que *Tucker* pareceu gerar um efeito tranquilizante nos momentos difíceis e, a sua presença despertou o humor em pelo menos uma situação grave. Em complemento também observaram que *Tucker* facilitou o relacionamento entre o terapeuta e clientes, e os adolescentes relataram que foram motivados a permanecer envolvidos no trabalho terapêutico pela presença do animal.

5.3 TAA e saúde mental

Beck e Katcher (2003) observaram que são necessários estudos de duração moderada ou longa e especialmente estudos multicêntricos usando protocolos comparáveis para permitir avaliar com clareza o valor da TAA. Nos Estados Unidos um estudo estruturado, financiado por um fundo de inovação em saúde, designado como Projecto CHIMO, decorreu durante 27 meses (Urichuk & Anderson, 2003). Os investigadores avaliaram os benefícios e os artifícios da TAA quando se trabalha com jovens diagnosticados com problemas de saúde mental, com o objectivo de aumentar e melhorar o bem-estar de indivíduos com problemas de saúde mental através de terapia assistida por animais. Foi utilizado um estudo de caso-controlo em instituições privadas de saúde mental e utilizados instrumentos padronizados para reunir dados, antes e depois da intervenção, sobre o nível de depressão e ansiedade dos pacientes envolvidos no estudo e, reuniu simultaneamente relatórios dos pacientes e terapeutas através de questionários. Os resultados indicaram que os terapeutas e os pacientes que participam no estudo sentiram a utilização de animais em terapia como benéfica. Em particular, Urichuk e Anderson atestam que jovens com problemas de saúde mentais recebem grande benefício da terapia assistida por animais.

5.4 TAA e perturbação do défice de atenção e hiperactividade

Katcher and Wilkins (2000) realizaram uma avaliação mais rigorosa com a finalidade de apurar o benefício de incluir animais em ambientes educacionais, nomeadamente com crianças com diagnóstico de Perturbação de Déficit de Atenção, através de um estudo observacional transversal. Durante um período de seis meses 55 crianças participaram no *Companionable Zoo Method* (CZM), também desenvolvido por Katcher and Wilkins. Todos os participantes, com idades compreendidas entre os 7



e os 16 anos, apresentavam diagnóstico de Perturbação de Défice de Atenção. O estudo comparou a eficácia de duas abordagens, o já citado CZM, que contempla o trabalho e contacto com animais e o *Outward Bond* (OB) que é um programa de educação experiencial ao ar livre. Os participantes foram aleatoriamente distribuídos pelos dois programas, tendo existido o cuidado de os grupos serem demograficamente semelhantes. Para avaliar os resultados foram utilizadas a *Achenbach Teacher Report Form* e a *Piers Harris Children's Self-Concept Scale*. As conclusões do estudo indicaram que a inclusão dos animais foi benéfica, a resposta das crianças ao CZM foi significativamente superior à observada com o OB.

5.5 TAA como auxiliar de diagnóstico

Prothmann e colaboradores (2005) realizaram um estudo para avaliar se a utilização de jogos envolvendo animais pode auxiliar a psiquiatria no diagnóstico de uma variedade de doenças em crianças e adolescentes, incluindo distúrbios alimentares, perturbações de ansiedade e autismo. Num estudo desenvolvido com quarenta crianças com idades compreendidas entre os 6 e 19 anos, foram avaliadas as interações com cães, que foram gravadas digitalmente e analisadas utilizando uma aplicação informática especialmente desenvolvida para interpretar estatisticamente as interações criança-cão. Os investigadores concluíram que a presença do cão incentivou a produção de interações espontâneas não-verbais que eram claras e fáceis de interpretar. Os resultados indicaram que quase três quartos de todos os pacientes poderiam ser atribuídos aos grupos de diagnóstico correto. Os investigadores observaram interações distintas com os animais dentro de cada população a partir dos quais se poderiam estabelecer os objectivos terapêuticos. Por exemplo, eles suspeitaram de uma criança com um transtorno alimentar que manifestou posturas desconfortáveis e rígidas na interação com o cão e assim puderam determinar a terapia alvo a partir da forma como a criança interage com o cão. Os autores no entanto reconheceram que o estudo não levou em conta as diferenças de género em resposta aos cães, ou o facto de os cães variarem de sessão para sessão.



5.6 TAA como facilitador de comunicação

Beck e Katcher (1996) sugeriram que os animais podem agir como uma ponte pela qual os terapeutas podem chegar a pacientes que são reservados, não cooperativos e pouco comunicativos. Muitos estudos têm origem a partir de observações como estas. Um desses estudos (Martin & Farnum, 2002) investigou o potencial de cães actuarem como assessores terapêuticos para crianças com transtornos invasivos do desenvolvimento (TID) com o intuito de favorecer a comunicação. O estudo foi descrito pelos autores como sendo de participantes incluídos e desenho de medidas repetidas, em que todos os participantes experimentam todas as três condições experimentais (ou seja, os participantes funcionaram como o seu próprio grupo de controlo). Participaram no estudo uma selecção limitada de 10 elementos, com diagnóstico compatível com o espectro autista, na faixa etária dos 3 aos 13 anos que foram sujeitos a 45 sessões de terapia. A idade de desenvolvimento de cada participante foi determinada antes do tratamento utilizando o perfil *Psychoeducational - Revised* (PEP-R), desenvolvido por Schopler, Reicher e Renner em 1990. Três sessões de 15 minutos foram filmados a cada semana para determinar interacções comportamentais e verbais. Em sessões alternadas, cada criança foi exposta a uma bola, um cão de peluche e a uma variedade de cães vivos, com temperamentos semelhantes, mas diferentes características físicas. Os terapeutas seguiram um protocolo pré-determinado com base nos resultados do PEP-R. Martin e Farnum concluíram que não houve tendências claras relacionadas com a idade de desenvolvimento das crianças e que as diferenças de género em resposta aos cães não puderam ser estabelecidas. Para além disso, o pequeno tamanho da amostra comprometeu a capacidade do autor para generalizar os resultados. No entanto, eles determinaram que havia uma clara diferença na resposta das crianças face ao cão vivo, incluindo mais riso, aumento do contacto visual, incremento da comunicação com o cão e um desejo de aproximação através da alimentação do próprio animal. Martin e Farnum também observaram que as crianças permaneceram no espaço de experiência por longos períodos de tempo, enquanto envolvidos com o cão, e eram geralmente mais cooperantes face às solicitações do terapeuta. Este estudo reforça constatações



anteriores de que os animais podem encorajar o reforço das competências de comunicação pretendidas e fornece uma base sólida a partir da qual novas pesquisas devem surgir.

5.7 TAA e *Counseling*

Um significativo número de investigadores tem tentado obter resultados específicos envolvendo animais em *Counseling*. Por exemplo, Prothmann e colaboradores (2006) conduziram um projecto com pré e pós-teste de pesquisa para estudar o estado de espírito das crianças interagindo com os animais durante o aconselhamento. Foi utilizado o *Basler Befindlichkeits Skala* (BBS), um instrumento de medida do estado de espírito de uma pessoa, descrita em vitalidade, equilíbrio emocional, extroversão social e estado de alerta. Os pesquisadores concluíram que as crianças envolvidas com o cão durante a terapia revelaram um incremento no estado de espírito demonstrado em todas as áreas identificadas pelo instrumento. Observaram no entanto limitações no seu estudo, mas concluíram que a diferença de resposta foi significativa o suficiente para sugerir provisoriamente que a inclusão de um cão ajudou a alcançar os objectivos terapêuticos. Prothmann e seus colaboradores concluíram que os animais alteram a atmosfera no período que antecede o tratamento terapêutico real de tal forma que o desenvolvimento de uma relação terapêutica pode ser catalisado e aprofundado.

6. TAA em Portugal

Os trabalhos académicos sobre TAA em Portugal ainda são poucos, assim como a sua difusão como uma prática terapêutica válida, embora já existam programas com a utilização de animais em várias instituições.

No que se refere a trabalhos académicos e científicos publicados em Portugal, uma pesquisa nos repositórios científicos de acesso aberto permitiu localizar apenas três trabalhos considerados relevantes para o tema, “O impacto da equitação terapêutica nos factores psicomotores em crianças com necessidades especiais”, tese de mestrado da Universidade do Minho (Martinho, 2011), “A resiliência e a auto-estima de um grupo de jovens em risco: proposta de terapia assistida por animais”, tese de mestrado da Universidade Fernando Pessoa (Ribeiro, 2010) e “Violência em contexto psiquiátrico:



avaliação da eficácia de um programa com actividades assistidas por animais”, dissertação de doutoramento do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto (Marques, 2008).

No entanto, a TAA começa a ganhar alguma dimensão, aplicada, por exemplo, em crianças com autismo ou com Síndrome de Down, e no acompanhamento a idosos e adultos jovens com problemas diversos, quer funcionais, psicológicos, ou que, simplesmente, se sintam sozinhos. Existem neste âmbito uma série de organizações, actuando de forma mais ou menos desligada e praticamente sem nenhum enquadramento legal ou institucional. Através de pesquisa efectuada na Internet e após validar a informação obtida com o apoio da Direcção Geral de Alimentação e Veterinária, no que se refere à credibilidade e validade do trabalho desenvolvido, referem-se as instituições que vêm desenvolvendo um trabalho considerado credível.

A Pravi (<http://www.pravi.org/>) desenvolve o seu trabalho na área da protecção de animais vítimas de abandono e maus tratos, a par do desenvolvimento de um programa de TAA a crianças com dificuldades de aprendizagem e concentração, cancro, autismo, Síndrome de Down e depressão, através da promoção do bem-estar, auto confiança e melhoramento das relações interpessoais e a idosos com doença Alzheimer e estados depressivos.

A Bocalán Portugal (<http://www.bocalan.pt/>) é uma associação de carácter social sem fins lucrativos que tem como objectivo o treino e entrega de animais de assistência a pessoas que deles necessitem. Promove, igualmente a implementação de programas de reabilitação destinados a pessoas em situação de desvantagem ou incapacidade de carácter mental, físico ou psicossocial, recorrendo à utilização de cães/animais de assistência no programa terapêutico, contribuindo deste modo para a promoção da autonomia e conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida. Fazem ainda parte dos objectivos desta Associação promover e ministrar cursos de formação, seminários, entre outras acções de sensibilização a pessoas que estejam interessadas. Para a concretização destes objectivos, a Bocalán Portugal é constituída por uma equipa multidisciplinar composta por profissionais de saúde, de acção educativa, bem como instrutores e treinadores de animais de ajuda social.



A Vinculum Animal (<http://www.vinculumanimal.com/>) é uma associação composta por profissionais da área da saúde humana e animal. A sua motivação é poder contribuir para a divulgação e desenvolvimento da relação única que se pode estabelecer entre humanos e os animais. Desenvolve um projecto de TAA em conjunto com a Pravi e o centro de acolhimento Casa da Alameda em Lisboa. Trabalham num contexto psicoterapêutico com crianças e adolescentes em risco de exclusão social acolhidos temporariamente na Casa da Alameda, onde a presença dos cães é um forte elemento motivador.

7. Desafios e limitações

Um dos maiores problemas relacionados com a TAA, segundo Morrison (2007), é a fraqueza metodológica que estas apresentam, visto que os estudos que existem têm muitas vezes amostras reduzidas, revelam falta de aleatoriedade na selecção da amostra, ausência de um grupo de controlo ou exibem um grupo de controlo inadequado, apresentam um baixo poder de generalização e ferramentas de avaliação dos resultados sem validade e fidelidade. Esta autora refere que nenhum dos estudos aborda o efeito de novidade que deve ser tido em conta. E já que o contacto com os animais é geralmente algo novo para os participantes, esta autora questiona-se se os efeitos dos resultados podem ou não ser diminuídos com a repetição. Outra crítica prende-se com o facto de não existirem estudos que abordem os efeitos a longo prazo da aplicação TAA nem estudos de seguimento extensos no sentido de compreender a duração do efeito (Fine, 2010).

Contudo, Nider e Lundahl (2007) referem que apesar de muitos investigadores utilizarem desenhos de estudo simples, do tipo pré e pós-teste, vários investigadores utilizaram metodologia rigorosa, recorrendo a estudos do tipo aleatório, comparando a TAA com grupos de controlo ou com terapias já bastante utilizadas.

A falta de uma estrutura baseada em evidências pode portanto levantar questões práticas, éticas e de segurança para os profissionais e clientes. Além disso, enquanto as preocupações de segurança e potenciais riscos para os seres humanos (tais como as zoonoses) são identificados (Beck & Katcher, 2003), o bem-estar e a segurança dos animais co-terapeutas receberam menos atenção. Não só é possível que os animais



utilizados nas TAA possam ser prejudicados pelos pacientes, mas o trabalho em si pode ser stressante para os animais (Hatch, 2007) e, potencialmente, originar problemas de saúde a longo prazo (Heimlich, 2001). No entanto, um planeamento cuidadoso por um profissional qualificado pode minimizar os riscos e maximizar os benefícios para ambos os participantes, humanos e animais. Defendemos, no planeamento e na implementação de qualquer forma de TAA, que deva ser atribuída igual consideração ao bem-estar dos animais tal como para o dos pacientes.

Apesar de existirem poucas contra-indicações para começar ou continuar com a TAA, algumas devem ser tidas em conta: clientes que demonstrem medo do animal, que expressem desinteresse em relação ao animal, que não sejam capazes de tratar o animal de uma forma apropriada e humana e pacientes com problemas médicos passíveis de serem agravados devido à exposição aos animais, como, por exemplo, pacientes imunocomprometidos, com feridas abertas ou alérgicos ao animal (Jalongo, Astorino & Bomboy, 2004; Morrison, 2007). Ademais por muito bem que um animal esteja treinado o seu comportamento nunca é completamente previsível. Algo tão simples como um gato arranhar uma criança ou um cão derrubar o cliente durante um passeio (Chandler, 2005) pode comprometer o relacionamento terapêutico. A gestão do risco é, portanto, um pressuposto fundamental quando se trabalha com animais.

Outra questão que é necessária ter em conta é o bem-estar do animal e os custos associados a este tipo de terapia (Beck & Katcher, 2003; Morrison, 2007). Os animais necessitam de comida, água, alojamento, interacção social e cuidados veterinários, questões pertinentes e que não podem ser ignoradas (Beck & Katcher, 2003; Morrison, 2007). Na realidade existe pouca investigação conduzida no sentido de determinar como a participação em TAA afecta o bem-estar do animal (Hatch, 2007). Os animais envolvidos em qualquer forma de interacção com os seres humanos são dependentes destes para a satisfação das suas necessidades básicas e da exploração ou abuso poderá ocorrer inadvertidamente. Serpell, Coppinger, Fine e Peralta (2010), referem que o vínculo humano-animal se torna moralmente condenável quando "há um conflito de interesses entre os dois: sempre que a utilização dos animais pelo homem causa dor, medo ou danos a um animal, ou de alguma forma impede ou frustra o animal na satisfação das suas próprias necessidades e objectivos " (p. 481).



Esta última questão conduz-nos à necessidade de a relacionar com a espécie animal utilizada na terapia. Por exemplo, no que diz respeito aos cães e cavalos, da sua utilização e da sua relação com os seres humanos advêm benefícios claros para o seu bem-estar. Na realidade, sem uma relação com os seres humanos, um número muito significativo destes seres não existiria. Embora as suas vidas com os seres humanos possam representar um custo para eles, desde que a sua detenção exista de uma forma responsável, resulta num claro benefício já que prolonga a sua esperança e qualidade de vida e, não conflitua com as suas necessidades sociais. Assim, a existência das TAA pode também representar um benefício para estes seres, sendo que isto pode reforçar a defesa moral das formas de TAA que dependem desses seres (Tzaschi, 2006). O mesmo não se aplica no entanto a numerosas outras espécies, principalmente as silváticas detidas em cativeiro. Ao contrário dos cavalos ou cães, todas essas criaturas podem facilmente existir na natureza em grande número, transformá-los em veículos para a terapia, restringe violentamente tanto sua liberdade como as suas necessidades sociais. A TAA que utiliza estes seres pode ser considerada exploradora, mesmo que nenhum abuso ocorra (Tzaschi, 2006).

8. Conclusão

A TAA difere da AAA dado que a primeira consiste num processo terapêutico específico, para a qual o animal é treinado e na qual serve de facilitador para o terapeuta. Já na AAA, o animal serve como elemento de recreação, de diversão, de companhia, sem ter, necessariamente, o acompanhamento de um terapeuta ou mesmo de outro profissional da saúde. Muitas vezes esta distinção não é claramente definida dificultando a avaliação do efeito da presença do animal ou do efeito do animal enquanto co-terapeuta ou ferramenta viva na intervenção terapêutica.

Como foi referido as intervenções assistidas por animais assentam numa grande variedade de disciplinas e perspectivas. As teorias sobre os mecanismos responsáveis pelos benefícios terapêuticos tendem a centrar-se tanto na noção de os animais possuírem atributos únicos que podem facilitar e contribuir para a terapia ou na hipótese de que o desenvolvimento de uma relação de trabalho com o animal pode levar a



mudanças positivas na cognição e comportamento através da aquisição de novas competências e aceitação de compromisso e responsabilidades.

Esta revisão demonstra a existência de evidências suportando a utilização de animais para fins terapêuticos. No entanto, verifica-se também que existe uma falta de dados científicos claramente validados e a necessidade de investigação científica adequada. Serão necessárias mais investigações de carácter observacional e experimental e alicerçadas em amostras mais significativas. Somente descrições precisas e quantificadas tanto das interações como dos resultados das mesmas podem ajudar a avaliar o impacto real e entender o processo envolvido. Estudos de longo prazo, tais como manutenção de animais de estimação em ambiente familiar, podem trazer resultados robustos sobre potenciais efeitos benéficos e duráveis. Contudo, as evidências que reunimos ao longo desta revisão reforçam que o animal pode ser utilizado pelo psicólogo como uma valiosa ferramenta, mais um recurso para promover a melhoria do quadro clínico ou alívio do sofrimento do paciente. Através dele, pode conseguir uma melhor comunicação com o paciente, estabelecendo mais rapidamente um vínculo de confiança. Mais investigações são claramente necessárias para fornecer suporte científico adicional a estas intervenções. Em particular, a investigação empírica é necessária para verificar se os benefícios das intervenções assistidas por animais efectuadas num pequeno número de indivíduos podem ser generalizados para populações maiores.

Por fim, se quisermos que a relação homem-animal beneficie ambos os parceiros, um grande campo de pesquisa se abre, dando maior atenção ao animal nomeadamente pela investigação em torno do seu bem-estar nesta forma de terapia.



Referências bibliográficas

Allen, J. P., Marsh, P., McFarland, C., Boykin McElhaney, K., Land, D., Jodl, K. M., & Peck, S. (2002). Attachment and autonomy as predictors of the development of social skills and delinquency during mid adolescence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 70*, 56-66.

Allen, K. (2003). Are pets a healthy pleasure? The influence of pets on blood pressure. *Current Directions in Psychological Science, 12*(6), 236-239.

Altschuler, E. L. (1999). Pet-facilitated therapy for posttraumatic stress disorder. *Annals of Clinical Psychiatry, 11*, 29-30.

American Hippotherapy Association, Inc. (2012). Hippotherapy as a treatment strategy. Acedido em <http://www.americanhippotherapyassociation.org/hippotherapy/hippotherapy-as-a-treatment-strategy/>

Armsden, G. C., & Greenberg, M. T. (1987). The Inventory of Parent and Peer Attachment: Individual differences and their relationship to psychological well-being in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence, 16*, 427-454.

Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of self-regulation. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 50*, 248-287.

Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Review of Psychology, 52*, 1-26.

Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Gerbino, M., & Pastorelli, C. (2003). Role of affective self regulatory efficacy in diverse spheres of psychosocial functioning. *Child Development, 74*(3), 769-782.



- Barker, S. & Dawson, K.S. (1998). The effects of animal-assisted therapy on anxiety ratings of hospitalized psychiatric patients. *Psychiatric Services*, 49 (6), 797-801.
- Beck, A. & Katcher, A. (1996). *Between pets and people: The importance of animal companionship*. West Lafayette, IN: Purdue University Press.
- Beck, A. & Katcher, A. (2003). Future directions in human-animal bond research. *American Behavioral Scientist*, 47(1), 79-93.
- Beck, A.T., & Weishaar, M. (2000). Cognitive therapy. Em Corsini, R. & Wedding, D., (Eds.), *Current Psychotherapies* (pp. 241-272). IL: Peacock Publishers, Inc.
- Blender, J.A. (2009). A multimodal investigation of the use of animal assisted therapy in a clinical interview. (Tese de doutoramento). University of Rochester, New York.
- Breising, K., Linke, K., Busch, M., Matthes, I., & Eke van der Woude, S. (2005). Impact of different groups of swimmers on dolphins in swim-with-the-dolphin programs in two settings. *Anthrozoos*, 18(4), 409-429.
- Brickel, C. M. (1982). Pet-facilitated psychotherapy: A theoretical explanation via attention shifts. *Psychological Reports*, 50, 71-74.
- Buist, K. L., Dekovic, M., Meeus, W., & van Aken, M. A. G. (2004). The reciprocal relationship between early adolescent attachment and internalizing and externalizing problem behaviour. *Journal of Adolescence*, 27, 251-266.
- Chandler, C.K. (2005). *Animal assisted therapy in counseling*. NY: Routledge.
- Chase- Lansdale, P. L., Wakschlag, L. S., & Brooks-Gunn, J. (1995). A psychological perspective on the development of caring in children and youth: The role of family. *Journal of Adolescence*, 18, 515-556.
- Chieppa, F. (2002). A relação homem animal. *Uccelli*, Nov,40-42.



De Pauw, K., (1984). Therapeutic horseback riding in Europe and America. Em Anderson, R.K. *The pet connection: its influence on our health and daily life*. Hart LA Ed. Minneapolis: Center to Study Human-animal Relationships and Environments.

Dekovic, M. (1999). Risk and protective factors to the development of problem behavior during adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 28, 667-685.

Delta Society. (2012). Introduction to Animal-assisted activities and therapy (AAA/AAT). Acedido em <http://www.petpartners.org/>

Dimitrijević, I. (2009). Animal-assisted therapy – a new trend in the treatment of children and adults. *Psychiatria Danubina*, 21 (2), 236-241.

Domingues, C.M. (2007). *Terapia fonoaudiológica assistida por cães: estudo de casos clínicos*. (Tese de Mestrado). Universidade Católica de São Paulo.

Engels, R. C. M. E., Dekovic, M., & Meeus, W. (2002). Parenting practices, social skills and peer relationships in adolescence. *Social Behavior and Personality*, 30, 3-18.

Fine, A.H. (Ed.), (2010). *Handbook on Animal-Assisted Therapy*. London: Elsevier.

Flom, B. L. (2005). Counseling with pocket pets. Using small animals in elementary counseling programs. *Professional School Counseling*, 8(5), 1-5.

Fredrickson, M., & DePrekel, M. (2004). Animal-assisted therapy for at-risk youth and families. Acedido em www2.vet.upenn.edu/research/centers/cias/pastconferences.html

Friedmann, E. (2010). The animal-human bond: Health and wellness. Em A. Fine (Ed.), *Animal assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (85-111). London: Elsevier.

Garcia, M.P. (2009). *Classes de comportamentos constituintes de intervenções de psicólogos no subcampo de atuação profissional de psicoterapia com apoio de cães*. (Tese de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.



Gil, V.V. & Guerre, S.O. (2007). La terapia facilitada por animales de compañía como programa de rehabilitación adjunto para personas com diagnóstico de esquizofrenia crónica. *Papeles del Psicólogo*, 28 (1), 49-56.

Gomez, R., & McLaren, S. (2007). The inter-relations of mother and father attachment, self esteem and aggression during late adolescence. *Aggressive Behavior*, 33, 160-169.

Granger, B. P., & Kogan, L. (2000). Animal-assisted therapy in specialized settings. Em A. Fine (Ed.), *Animal assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (213-234). NY: Academic Press.

Gullone, E. (2000). The biophilia hypothesis and life in the 21st century: Increasing mental health or increasing pathology? *Journal of Happiness Studies*, 1, 293-321.

Gullone, E., & Robinson, K. (2005). The inventory of parent and peer attachment—revised (IPPA-R) for children: a psychometric investigation. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 12, 67-79.

Hanselman, J. (2001). Coping skills interventions with adolescents in angermanagement using animals in therapy. *Journal of Child and Adolescent Group Therapy*, 11, 159-195.

Hart, E. (2010). Understanding animal behavior, species, and temperament as applied to interaction with specific populations. Em A. Fine (Ed.), *Animal assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (81-96). NY: Academic Press.

Hatch, A. (2007) ‘The view from all fours: A look at an animal-assisted activity program from the animals’ perspective’. *Anthrozoos*, 20(1), 37–50.

Heimlich, K. (2001) ‘Animal-assisted therapy and the severely disabled child: A quantitative study’. *Journal of Rehabilitation*, 67(4), 48–54.

Holcomb, R, Williams, R.C. & Richards, P.S., (1985). The elements of attachment: Relationship maintenance and intimacy”. *Journal of the Delta Society*, 2(1), 28-34.

Holmes, J. (1993). *John Bowlby and Attachment Theory*. Brunner –Routledge: East Sussex.



Hutchcroft, K. (2006). *Improving quality of life for older adults through pet therapy: a grant proposal project*. (Tese de doutoramento não-publicada). California State University, Long Beach.

Jalongo, M. R., Astorino, T., & Bomboy, N. (2004). Canine visitors: the influence of therapy dogs on young children's learning and well-being in classrooms and hospitals. *Early Childhood Education Journal*, 32(1), 9-16.

Kahn, P. K. (1997). Developmental psychology and the biophilia hypothesis: Children's affiliation with nature. *Developmental Review*, 17, 1-61.

Katcher, A. H. & Beck, A. M. (2010). New and old perspectives on the therapeutic effects of animals and nature. Em Fine, A.H. (Ed.). *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (49-58). London: Elsevier.

Katcher, A. H., & Wilkins, G. G. (2010). The centaur's lessons: Therapeutic education through care of animals and nature study. In A. Fine (Ed.), *Animal assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (153-176). NY: Academic Press.

Kidd, A.H. & Kidd, R.M., (1989). Factors in adults' attitudes toward pets. *Psychological Reports*, 65(3), 903-910.

Klontz, B.T., Bivens, A., Leinart, D. & Klontz, T. (2007). The effectiveness of equine-assisted experiential therapy: results of an open clinical trial. *Society and Animals* 15, 257-267.

Kruger, K. & Serpell, J. A. (2010). Animal-assisted interventions in mental health: Definitions and theoretical foundations. Em A. H. Fine (Ed.), *Handbook on Animal Assisted Therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (33-48). London: Elsevier.

Kruger, K. A., Trachtenberg, S. W., & Serpell, J. A. (2004). Can animals help humans heal? Proceedings of the animal-assisted interventions in adolescent mental health



conference. Acedido em

www2.vet.upenn.edu/research/centers/cias/pastconferences.html

Lago, D., Kafer, R., Denaley, M. & Connell, C. (1988). Assessment of favorable attitudes toward pets: development and preliminary validation of self-report pet relationship scales. *Anthrozoos*, 1(4), 240-254.

Laible, D. (2007). Attachment with parents and peers in late adolescence: Links with emotional competence and social behaviour. *Personality and Individual Differences*, 43, 1185-1197.

Landon, T. M., Ehrenreich, J. T., & Pincus, D. B. (2007). Self efficacy: A comparison between clinically anxious and non-referred youth. *Child Psychiatry Human Development*, 38, 31-45.

Lange, A. M., Cox, J. A., Bernert, D. J., & Jenkins, C. D. (2007). Is counseling going to the dogs? An exploratory study related to the inclusion of animal in group counseling with adolescents. *Journal of Creativity in Mental Health*, 2, 17-31.

Lefkowitz, C., Prout, M., Bleiberg, J., Paharia, I. & Debiak, D. (2005). Animal-assisted prolonged exposure: a treatment for survivors of sexual assault suffering posttraumatic stress disorder. *Society & Animals* 13, 4, 275-295.

Levinson, B. M., & Mallon, G. P. (1997). *Pet-Oriented Child Psychotherapy*. Springfield, Illinois: Charles C Thomas.

Luszczynska, A., Gutiérrez-Doña, B., & Schwarzer, R. (2005). General self-efficacy in various domains of human functioning: Evidence from five countries. *Interpersonal Journal of Psychology*, 40, 80-89.

Mallon, G. (1992). Utilization of animals as therapeutic adjuncts with children and youth: A review of the literature. *Child and Youth Care Forum*, 21, 53-67.

Mallon, G. (1994a). Some of our best therapists are dogs. *Child & Youth Care Forum*, 23, 89-102.



Mallon, G. (1994b). Cow as co-therapist: Utilization of farm animals as therapeutic aides with children in residential treatment. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 11(6), 455-474.

Mallon, G. P., Ross, S. B., & Ross, L. (2010). Designing and implementing animal-assisted therapy programs in health and mental health organizations. Em A. Fine (Ed.), *Animal assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (135-147). London: Elsevier.

Marino, L., & Lilienfeld, S. O. (2007). Dolphin-assisted therapy: More flawed data and more flawed conclusions. *Anthrozoos*, 20(3), 239-249.

Marques, M.I.D. (2008). *Violência em contexto psiquiátrico: avaliação da eficácia de um programa com actividades assistidas por animais*. (Tese de doutoramento). Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Porto.

Martin, F., & Farnum, J. (2002). Animal-assisted therapy for children with pervasive developmental disorders. *Western Journal of Nursing Research*, 24, 657 -670.

Martinho, V.F.C. (2011). *O impacto da equitação terapêutica nos factores psicomotores em crianças em idade pré-escolar com necessidades especiais*. (Tese de Mestrado). Universidade do Minho, Braga.

McCulloch, M.J. (1983). Animal-facilitated therapy: overview and future direction. Em A. H. Katcher & A.M. Beck (Ed.), *New perspectives on our lives with companion animals* (410-426). Philadelphia: University Of Pennsylvania Press.

McNicholas, J., & Collis, G. M. (2006). Animals as social supports: insights for understanding animal-assisted therapy. Em A. H. Fine (Ed.), *Handbook of animal-assisted therapy: theoretical foundations and guidelines for practice*, (49-72). California: Academic Press.



McNicholas, J., Gilbey, A., Rennie, A., Ahmedzai, S., Dono, J., & Ormerod, E. (2005). Pet ownership and human health: a brief review of evidence and issues. *British Medical Journal*, 331, 1252-1254.

Meadows, N. B., & Stevens, K. B. (2004). Teaching alternative behaviors to students with emotional and behavioral disorders. In R. B. Rutherford, M. Magee Quinn, & S. R. Mathur (Eds.), *Handbook of Research in Emotional and Behavioral Disorders* (pp.385-398). New York: Guilford Press.

Melson, G. (2003). Child development and the human-companion animal bond. *American behavioral Scientist*, 47, 31-39.

Miller, D., Staats, S., & Partlo, C. (1992). Discriminating positive and negative aspects of pet interaction: sex differences in the older population. *Social Indicators Research*, 27(4), 363-374.

Montagner, H. (2004). *A criança e o animal: As emoções que libertam a inteligência*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.

Morrison, M. L. (2007). Health benefits of animal-assisted interventions. *Complementary Health Practice Review*, 12(1), 51-62.

Muris, P., Meesters, C., & van den Berg, S. (2003). Internalizing and externalizing problems as correlates of self-reported attachment style and perceived parental rearing in normal adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 12, 171-183.

Murphy, B. C., Shepard, S. A., Eisenberg, N., & Fabes, R. A. (2004). Concurrent and across time prediction of adolescents social functioning: The role of emotionality and regulation. *Social Development*, 13, 56-86.

Neto, E.M.C. (2011). A zooterapia popular no Estado da Bahia: registro de novas espécies animais utilizadas como recursos medicinais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16 (1), 1639-1650.



- Nimer, J., & Lundahl, B. (2007). Animal-assisted therapy: A meta-analysis. *Anthrozoös*, 20(3), 225-238.
- Noom, M. J., Dekovic, M., & Meeus, W. H. J. (1999). Autonomy, attachment and psychological adjustment during adolescence: A double-edged sword? *Journal of Adolescence*, 22, 771-783.
- Palley, L. S., O'Rourke, P. P., & Niemi, S. M. (2010). Mainstreaming animal-assisted therapy. *ILAR Journal*, 51(3), 199–207.
- Parish-Plass, N. (2008). Animal-assisted therapy with children suffering from insecure attachment due to abuse and neglect: A method to lower the risk of intergenerational transmission of abuse? *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 13, 7-30.
- Parshall, D. P. (2003). Research and reflection: Animal-assisted therapy in mental health settings. *Counseling and Values*, 48, 47-56.
- Parslow, R. A., Jorm, A. F., Christensen, H., Rodgers, B., & Jacomb, P. (2005). Pet ownership and health in older adults: Findings from a survey of 2,551 community-based australians aged 60–64. *Gerontology*, 51, 40–47.
- Pence, M. (2005). *Animal-assisted therapy: A theoretical framework and case study*. (Tese de doutoramento não-publicada). Regent University, Virginia Beach.
- Polsgrove, L., & Smith, S. W. (2004). Informed practice in teaching self control to children with emotional and behavioral disorders. In R. B. Rutherford, M. Magee Quinn, & S. R. Mathur (Eds.), *Handbook of Research in Emotional and Behavioral Disorders* (pp.399-425). New York: Guilford Press.
- Poresky, R.H., (1989). Analyzing human-animal relationship measures. *Anthrozoös*, 2(4), 236-244.
- Prothmann, A., Albrecht, K., Dietrich, S., Ulrike, H., Stiever, S., & Ettrich, C. (2005). Analysis of child-dog play behavior in child psychiatry. *Anthrozoös*, 18, 43-58.



Prothmann, A., Bienert, M., & Ettrich, C. (2006). Dogs in psychotherapy: Effects on state of mind. *Anthrozoos*, 19, 265-277.

Reichart, E. (1994). Play and animal-assisted therapy: A group treatment model for sexually abused girls ages 9-13. *Family Therapy*, 21, 55- 62.

Reichart, E. (1998). Individual counseling for sexually abused children: A role for animals and storytelling. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 15, 177-185.

Ribeiro, A.R.B.A.P. (2010). *A resiliência e a auto-estima de um grupo de jovens em risco: proposta de terapia assistida por animais*. (Tese de mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Risley-Curtiss, C., Holley, L. C., & Wolf, S. (2006). The animal-human bond and ethnic diversity. *Social Work*, 51(3), 257-268.

Rönnlund, M., & Karlsson, E. (2006). The relation between dimensions of attachment and internalizing or externalizing problems during adolescence. *The Journal of Genetic Psychology*, 167, 47-63.

Rubin, K. H., Dwyer, K. M., Booth-LaForce, C., Kim, A. H., Burgess, K. B., & Rose-Krasnor, L. (2004). Attachment, friendship, and psychosocial functioning in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 24, 326-356.

Serpell, J., Coppinger, R., Fine, A. & Peralta, J.M.(2010). Welfare considerations in therapy and assistance animals. Em A. Fine (Ed.), *Animal assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (pp. 481-503). NY: Academic Press.

Slugoski, A. (2005). An unconventional intervention in the anxiety disorders: introducing equine-assisted psychotherapy as a viable treatment option. Acedido em <http://equinoxtherapeutic.com/our-team/amanda-slugoski-m-a/>

Spence, S. H. (2003). Social skills training with children and young people: Theory, evidence and practice. *Child and Adolescent Mental Health*, 8(2), 84-96.



Taylor, S.M. (2001). Equine facilitated psychotherapy: an emerging field. (Tese de mestrado, University of St. Michael's College). Acedido em <http://74.125.95.132/search?q=cache:Zp3U6dBbDfgJ:equinepsychotherapy.org/thesis.pdf+Equinefacilitated+psychotherapy:+An+emerging+field%2BTaylor&hl=en&ct=cln&cd=4&g=ca>

Tedeschi, P., Fitchett, J., & Molidor, C. E. (2005). The incorporation of animal-assisted interventions in social work education. *Journal of Family Social Work*, 9(4), 59- 77.

Templer, D.I. & Saltar, C.A. (1981). The construction of a pet attitude scale. *The Psychological Record*, 31(1), 343-348.

Turner, D. C. (2000). Animal-assisted therapy and the study of human-animal relationships: Discipline or bondage? Context or transitional object? Em A. Fine (Ed.), *Animal assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice* (461-471). NY: Academic Press.

Tzaschi, Z. (2006). The moral basis of animal assisted therapy. *Society & Animals*, 14, 2 (179-199).

Urichuk, L., & Anderson, D. (2003). *Improving mental health through animal-assisted therapy*. AB: The Chimo Project.

Viehl, E. J. (1995). *Pet therapy and life satisfaction in elders*. (Tese de mestrado).MGH Institute of Health Professions, Massachusetts.

White, R. & Heerwagen, J. (1998). Nature and mental health: Biophilia and Biophobia. In A. Lundberg (Ed), *The Environment and Mental Health: A Guide for Clinicians* (pp 175-192). New Jersey: Lawrence Erlbaum & Assoc.

Wilson, C.C. (1987). The pet attitude inventory. *Anthrozoos*, 1(2), 76-84.

Wise, J. B. (2002). Social cognitive theory: A framework for therapeutic recreation practice. *Therapeutic Recreation Journal*, 36, 335- 351.